



Anais da Assembléia

Nº 159

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 04 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 152ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1.979

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Túlio Zanchet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wandrer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 153/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de UNIFLOR, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 154/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre

o Estado do Paraná e o Município de SANTA INÊS, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 155/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 31 de agosto próximo passado, entre o Governo do Estado e o Município de ARAPONGAS, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão, previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 156/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de XAMBRE, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 157/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de

convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de TERRA ROXA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 158/79

Curitiba, 23 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de TAPEJARA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 159/79

Curitiba, 23 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 160/79

Curitiba, 23 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de ATALAIA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de

1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 161/79

Curitiba, 23 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de GUAIRACÁ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 162/79

Curitiba, 23 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de PORTO RICO, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 163/79

Curitiba, 23 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de NOVA OLÍMPIA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 164/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Exccelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de FLORAI, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 165/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Governo do Estado e o Município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 166/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão, previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e

consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 167/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de GOIOERÉ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 168/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de CÉNTENÁRIO DO SUL, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão, previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 169/79

Curitiba, 23 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de ASTORGA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM 171/79

Curitiba, 26 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 06 de maio de 1.976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Saúde e do Bem-Estar Social, e o Município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a construção, na sede do referido município, de prédio destinado à Unidade Sanitária local.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 172/79

Curitiba, 26 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de 16/10/79, da Renovação do Convênio FNDU n.º 39/78, celebrado em 19/10/78, entre a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, o Estado do Paraná e os Municípios de LONDRINA, MARINGÁ, CASCAVEL, GUARAPUAVA, PARANAGUÁ, TOLEDO e LAPA, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a realização de obras públicas nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 173/79

Curitiba, 26 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de 16/10/79, de Renovação do Convênio n.º 22/77, celebrado em 12/12/77, entre o Governo do Estado, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Município de CURITIBA, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria do Planejamento, objetivando a execução de projetos, obras e serviços urbanos na Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 174/79

Curitiba, 26 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 24 de outubro de 1979, ao Convênio n.º 10/77, celebrado em 22/02/77, entre o Estado do Paraná e o Município de CAMPO LARGO, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento, da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 175/79

Curitiba, 26 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 24 de outubro de 1979, ao Convênio n.º 35/78, celebrado em 25 de outubro de 1.978, entre o Estado do Paraná e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o n.º 717/79, do Sr. Dr. Gastão Natal Simoni, Secretário de Saúde e do Bem Estar Social do Município de Maringá, no qual encaminha relatório de serviços prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de outubro do corrente ano e o relatório do Centro de Saúde do Jardim Alvorada. — Ciente, Arquivo-se.

Sob o n.º 812/79, do Sr. Enoc Almeida Vieira, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, no qual comunica que foi aprovado o requerimento de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Mário Carneiro, nos seguintes termos: "Sr. Presidente - Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministro da Educação, Professor Eduardo Portella, objetivando seja o magistério considerado meta prioritária, medida de mais alta importância para o desenvolvimento do nosso País. Seja enviado ainda pedido de apoio com essa finalidade a todos os representantes no Congresso Nacional, Assembléias Legislativas de todos os Estados e Câmaras de Vereadores de todos os Municípios brasileiros". - Ciente, Arquivo-se.

Telegrama: nos seguintes termos: "Associação Defesa Educação Ambiental Joaçaba Herval do Oeste SC, com 1.300 Associados

protestam contra atos vandalismo contido contra reserva biológica Cambuí PT solicitando medidas urgentes PT que sejam apurados responsáveis PT ADEA — Ciente. Arquite-se.

Emenda:

EMENDA À

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Os parágrafos 3.º, 4.º e 5.º, do artigo 25 da Constituição do Estado do Paraná, passarão a ter a seguinte redação:

“Parágrafo 3.º — O Governador poderá enviar à Assembléia Legislativa projetos de lei sobre qualquer matéria que, se assim solicitar, serão apreciados em regime de urgência, salvo quando se tratar de matéria estatutária.

Parágrafo 4.º — A solicitação da urgência poderá ser feita posteriormente à remessa do projeto e em qualquer fase do seu andamento.

Parágrafo 5.º — O pedido de urgência será apreciado pela Assembléia Legislativa que aprovará ou rejeitará pela maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros”.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) LINEU TURRA

Apoiamento: Domício Scaramella, Fidelcino Tolentino, Adelberto Daros, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Facci, Romero Filho, Gernote Kirinus, Nestor Baptista, José Tavares, Renato Bernardi, Fiori Luiz, Nilton Friedrich, Carlos Zanlorenzi, Deni Schwartz, Waldyr Pugliesi, Renato Bueno, Edilson Alencar e Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

A alteração que se pretende introduzir no texto vigente da Constituição do Estado, não contraria qualquer dispositivo de lei maior, mesmo porque a Constituição Federal dispõe no seu artigo 13 que “os Estados organizar-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem...”

De uma forma ou de outra, a sua presença na Carta Estadual é irrelevante, pois se trata tão somente de matéria pertinente ao processo legislativo e não de disposição de caráter substantivo. O seu escopo é agilizar a apreciação dos projetos de maior interesse da administração pública.

Entretanto, o que se não concebe é manter o texto como está, que é uma verdadeira excrescência, constituindo-se numa afronta ao Poder Legislativo, na sua independência, fazendo com que leis venham a ser aprovadas pelo decurso de prazo, sem apreciação do Poder que representa a soberania popular, cuja incumbência é a elaboração das leis.

Pela nova redação que se pretende dar ao texto Constitucional, fica o Poder Executivo com o direito de solicitar regime de urgência aos projetos, que terão tramitação na Casa, nos termos do Regimento Interno, como é facultado essa mesma urgência, ser solicitada por qualquer de seus Membros.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por cinco (5) sessões, do Projeto de Lei n.º 87/79.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, dispensa da publicação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 109/79, que cria no Município de Capitão Leônidas Marques, o Distrito Administrativo de Alto Alegre.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, dispensa de publicação de Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 30/79, que modifica as divisas do Distrito Administrativo de Alto Alegre, Município de Colorado, e 142/79, de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação aos Projetos de Lei n.ºs 127 e 139/79, constantes da Ordem do Dia dos trabalhos da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos EDSON MACHADO DE SOUZA, DD. Secretário da Educação e OSNI DACOL, DD. Diretor do Colégio Estadual do Paraná, sugerindo-lhes seja modificada a denominação do Curso de “Auxiliar de Escritório” para SECRETÁRIO(A) ou TÉCNICO EM ESCRITÓRIO.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Segundo nos informaram, o Colégio Estadual do Paraná mantém vários cursos profissionalizantes, equivalentes ao segundo grau.

Entre esses, destaca-se o de formação de Secretários, cuja profissão é reconhecida como sendo de grande importância em todos os setores da atividade.

Todavia, por motivos que ignoramos, o Curso de Secretariado, ministrado no período diurno, tem a sua denominação modificada para “Auxiliar de Escritório”, no período noturno do Colégio Estadual do Paraná.

Tratando-se de currículo levado a efeito durante três anos, acreditamos que seus alunos estarão capacitados a exercer algo mais que a simples função de “Auxiliar de Escritório” após receberem seus diplomas.

Ocorre que, dentro de poucos dias serão fornecidos diplomas àqueles que terminam o curso no período letivo do corrente ano.

Os formandos, com justa razão, encaminharam o expediente anexo a este Parlamentar, solicitando nossa intervenção junto às autoridades competentes, a fim de que seja modificada a denominação daquele curso para Secretário ou Técnico em Escritório.

Justificam sua pretensão, alegando que o curso tem a duração de três anos, sendo equivalente ao de Secretariado e, que em outros órgãos, o certificado de “Auxiliar de Escritório” é conferido para quem faz um pequeno estágio de algumas semanas, como ocorreria no “SENAC”.

Argumentam, ainda, com o fato de que esse curso de “Auxiliar de Escritório”, será extinto a partir do próximo ano.

Cremos que os peticionários são merecedores de atenção das autoridades a quem nos dirigimos e que a sugestão poderá ser acatada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, MD. Secretário do Interior, solicitando informações sobre o destino dos efluentes das indústrias do ramo de cromagem, instalados em Curitiba.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial constituída de cinco (5) membros, para, no prazo de quinze dias, elaborar sugestão a ser apresentada à Presidência da República e demais órgãos do setor, visando o racionamento de combustíveis.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

O problema energético brasileiro se apresenta cada vez mais grave, razão da necessidade de tomada de posição, também desta Assembléia Legislativa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 196/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de SARANDI, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Marialva e as seguintes divisas:

— “Partindo dafluência do Córrego Guayapó, no Rio Pirapó, sobe pelo dito córrego até sua última cabeceira; deste ponto, por uma linha seca, vai até alcançar a menor cabeceira do Ribeirão Pinguim; descendo por este Ribeirão até a ponte que dá passagem da estrada Maringá a Cambuí; seguindo por esta estrada até alcançar sua passagem no Ribeirão Aquidaban; daí por este ribeirão acima, até sua cabeceira onde recebe o Córrego Mará; por este córrego até sua última vertente; desta vertente, por uma linha reta o Córrego Tahy; por este córrego até seu primeiro confluente; por este confluente acima, até o primeiro marco da divisa do lote número 17, da Gleba Sarandi; pela divisa do lote 17 com o lote número 16 da referida Gleba, até alcançar a estrada Marialva - Santa Fé; por esta estrada rumo a Santa Fé, até o lote número 232, da Gleba Sarandi; daí pelo espigão mais alto, em linha reta ao Rio Pirapó, até o ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI

Devidamente apoiado.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Sarandi, pertencente ao Município de Marialva, no norte do Estado, que ora pretendemos emancipar, foi fundado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, quando da colonização da região norte do nosso Estado, destinado a servir como pequeno posto comercial para os proprietários rurais que ali lançavam a semente do progresso paranaense.

Situado entre as cidades de Marialva e Maringá, Sarandi sofreu a influência direta do desenvolvimento industrial das duas cidades, transformando-se em poucos anos, em cidade de médio porte.

Embora fundado há longos anos, como já frisamos, e elevado à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário através da Lei 5076, de 12 de abril de 1965, publicado no Diário Oficial número 37, de 14 de abril do mesmo ano, o Distrito de Sarandi (conheceu) somente veio conhecer o progresso

nos últimos cinco anos, comportando-se exatamente ao oposto da maioria das pequenas comunidades paranaenses e brasileiras que, com o êxodo rural, sofreram amargamente uma redução alarmante em número de habitantes, conseqüentemente diminuindo suas importâncias econômicas no cenário paranaense. Sarandi, abrigando grande contingente de trabalhadores que abandonavam a zona rural buscando melhores dias na cidade, usufruindo o distrito de posição privilegiada, ganhou um aumento populacional extraordinário, contando hoje com cerca de 4.000 prédios construídos em sua sede; 237 estabelecimentos comerciais e 13 estabelecimentos industriais de pequeno e grande porte, conforme Certidão expedida pelo Chefe do Executivo Municipal de Marialva.

Conta ainda, com toda a estrutura urbana exigida para sua emancipação, tais como: energia elétrica; escolas; serviço de abastecimento de água potável; meio de transporte com linhas regulares de transporte coletivo urbano de 20 em 20 minutos.

O desenvolvimento ensejou a necessidade de expansão da área urbana, e foram lançados 217 novos loteamentos, todos legalizados, colocados à disposição de todos que pretendem investir em Sarandi, cerca de 18.800 lotes urbanos; conta também com telefone pelo sistema DDD. Apesar de contar hoje com aproximadamente 20.000 habitantes, Sarandi tem inscrito apenas 2.564 eleitores, por nunca ter sido efetivada uma campanha de qualificação eleitoral no Distrito.

O desenvolvimento de Sarandi tem provocado uma verdadeira guerra entre os Municípios de Marialva e Maringá, que o disputam freqüentemente, com vereadores de Maringá apresentando proposições no Legislativo Municipal visando a transferência do distrito para aquele município, sob os protestos de Marialva, gerando assim grande animosidade entre as duas comunas, e diga-se, a bem da verdade, animosidade sem nenhuma razão de ser, já que o povo de Sarandi não mais pretende continuar sob a administração marialvense, refutando também qualquer intenção expansionista maringaense, por entender que é chegado o momento de sua emancipação.

Finalmente, justificando ainda a elevação de Sarandi à categoria de Município, pode-se afirmar que este distrito talvez seja a única das comunidades paranaenses que ora estão lutando por sua emancipação, que não corre risco algum quanto ao problema do êxodo rural que tanto tem transformado a fisionomia das nossas pequenas e médias cidades.

Sarandi faz parte da grande área metropolitana do Norte do Paraná, e sua tendência é de crescimento constante e vertiginoso, não cabendo mais dependência a qualquer outra comunidade, mesmo sendo esta a Grande Marialva de nossos dias.

Portanto, a emancipação hoje pretendida é o reflexo de seu progresso, da vontade de seu povo livre e soberano, de exigência natural até pela importância que representa no cenário sócio-econômico de nosso Estado.

A documentação anexa, preenche os requisitos mínimos para a tramitação da matéria, devendo as Comissões Técnicas competentes, urgenciar a complementação necessária para decisão final em Plenário, da emancipação pretendida por Sarandi e seu povo.

PROJETO DE LEI Nº 197/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CONFERÊNCIA VICENTINA DE IVAIPORÃ.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

A Conferência Vicentina de Ibioporã, instituição de fina-

lidade filantrópica, cultural e de assistência social, fundada no dia 1.º de maio de 1.55, também conhecida pelo nome de Conferência de São Vicente de Paula - Ibiporã, visa o atendimento gratuito aos necessitados em geral, seus familiares, a velhice desamparada, menores, órfãos ou abandonados, mediante o fornecimento de alimentação, vestuário, agasalhos, medicamentos, inclusive quando for possível, instrução em seus diferentes graus, tendo por sede e foro esta cidade de Ibiporã.

Sua finalidade principal é de orientar e desenvolver a ação social e religiosa em todos os seus aspectos, estreitando os laços de amizade cristã e promover o aperfeiçoamento intelectual, moral e religioso, não só de suas associadas, como também de todos aqueles que com ela queiram cooperar na prática de caridade cristã.

Há mais de dez anos a referida entidade vem prestando relevantes serviços a toda a comunidade de Ibiporã, através de várias e dedicadas diretorias. Em reconhecimento ao real valor dos serviços prestados pela Conferência à Câmara Municipal de Ibiporã, já a reconheceu como de utilidade pública, através do Decreto número 08, de 26/12/56.

Assim, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio.

PROJETO DE LEI Nº 198/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA - REGIONAL DE CASCAVEL - SEÇÃO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1.979.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Regional de Cascavel - PR, da Associação Brasileira de Odontologia - Seção do Paraná, fundada em 03 de outubro de 1970, integrante da ABO-PR, conseqüentemente da ABO, órgão supremo da Odontologia Nacional, é uma associação de classe com personalidade jurídica, representativa dos Cirurgiões Dentistas da cidade de Cascavel, sem fins lucrativos, apolítica e sem discriminação religiosa ou racial, tendo por sede e foro jurídico a cidade de Cascavel neste Estado.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando para o mesmo o seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Dr. Accioly Neto, Jarbas Accioly, Dr. Cleverson Marinho Teixeira, Superintendente do INAMPS, bem como do Dr. João Vargas de Oliveira.

Na sessão de hoje, o Expediente deste Poder, será dedicado com uma homenagem póstuma ao Senador Accioly Filho, que foi um nobre paranaense e um brasileiro ilustre, que muito bem dignificou o nosso Estado, sempre o representando com inteligência, altivez e dignidade nos vários postos que esse saudoso homem galgou no decorrer da sua existência.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná presta, no dia de hoje, uma homenagem póstuma a esse grande brasileiro e essa Presidência, associando-se com os demais Srs. Deputados, passa a denominar o Salão Nobre deste Poder, como "Salão Nobre Accioly Filho".

(Palmas)

Dentro dessas homenagens e em nome do Movimento Democrático Brasileiro, fará uso da palavra, o nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Reúne-se hoje a Assembléia Legislativa para prantear a ausência do convívio da classe política, do ex-Senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho e, por imperativo de justiça, exaltar-lhe a memória, a vida, o pensamento e as realizações.

Faço-o por prestigiosa delegação do Líder de minha bancada, Deputado Nilso Sguarezi, e também, por um motivo a mais para cultivar a sua memória: foi um dos fundadores da Faculdade que escolhemos para nossa formação jurídica, e para ela emprestou muito de sua sabedoria e do seu espírito de jurisconsulto. Nós o conhecemos bem de perto. Conhecemos com ele, não só como político que foi, jurista emérito, mas principalmente como Professor de Direito.

Esta Assembléia, que tantas vezes se divide por força do sistema partidário que a integra e da múltipla interpretação que faz sobre os homens e os problemas desta Nação, hoje se reencontra e se une para assinalar, na dor que nos abate e na admiração que nos solidariza, a vida trabalhosa mas fascinante do grande e controvertido Líder paranaense.

Permita-me a Casa registrar que sempre proclamei grande admiração por Accioly Filho, e, embora competindo nas campanhas eleitorais, em partidos antagônicos, nos entendíamos muito bem, em razão do seu espírito liberal, do seu amor à liberdade, do seu culto ao direito, do respeito à dignidade da pessoa humana.

A vida inteira de otimismo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltando-se para Accioly Filho, não há quem não se recorde da observação do saudoso Café Filho, nas confissões políticas e humanas que o ex-Presidente deixou à nossa curiosidade:

"O importante, quando se tem um destino a cumprir, é não fugir ao seu apelo, e segui-lo sem indagar onde ele nos pode levar, pois, na pior das hipóteses, a imprudência será melhor que a frustração". (Do Sindicato ao Catete, vol. 2, pág. 636 e 637).

Não há quem não se recorde do comentário de André Maurois, sobre o piloto Saint-Exupéry:

"A vida de ação é perigosa, a morte está sempre próxima".

"O sacrifício molda os homens que serão os senhores do mundo, porque são senhores de si mesmos".

"O estranho é que ele extraiu disso uma forma de otimismo". (De Proust a Camus - Tradução de Fernando Dy, Editora Nova Fronteira, pág. 255).

A ATITUDE FORMALÍSTICA

Há poucos dias, conversando com um jornalista desta Casa, analisávamos o fato de determinados políticos gozarem junto à imprensa, de determinado prestígio. Ele me explicava, citando o caso de Accioly Filho, que as atitudes corajosas que muitas vezes custam o preço do ostracismo, merecem a dignificação dos segmentos da população. Na verdade, o exemplo de dignidade pessoal e comportamento parlamentar foram a tônica da vida daquele ilustre homem público, que não renegou um só instante o seu ideário político, e por isso não aceitava emendar-se a Constituição, quando acreditava que se tratava de uma mutação meramente casuística. Pois Accioly Filho sabia que a violação da lei, quando imposta, tem o destino do efêmero, porque a seiva da liberdade renasce no terreno revolvido pelos seus defensores convictos.

Talvez o fato de ter sido formalista, também, como colaborador da revista Fon-Fon, da Gazeta do Povo, o Dia, neste último como Diretor, tenha dado a Accioly Filho aquela sensibilidade a mais que muitas vezes o político não sente, sobre os

problemas globais de um todo.

Foi isso, sem dúvida, que lhe conferiu o reconhecimento da imprensa do Senado Federal que, através da liderança do Governo naquela Casa, pediu à Mesa Diretora que fosse denominada a Sala de Imprensa da Câmara Alta da "Sala Accioly Filho".

O GRANDE MESTRE

Foi dentro do seu espírito de justiça e desprendimento que o caracterizavam que se tornou um dos fundadores da Faculdade de Direito de Curitiba, ao lado de outros insígnies mestres do Direito, como o Professor Milton Vianna, de saudosa memória; Professor João de Souza Ferreira, Edgard Chabaud Sampaio e outros, que tantos e inestimáveis serviços têm prestado à causa da justiça no Brasil.

Ele, portanto, ajudou a plantar esta grande árvore de cultura e de saber jurídico, que tantos frutos tem produzido - a Faculdade de Direito de Curitiba - da qual ele sempre se orgulhava.

Como professor, soube temperar os seus mandatos políticos com a sabedoria jurídica.

Foi mestre de Direito Constitucional, de Direito Penal (em cuja disciplina teve a honra de ter sido seu aluno), da Faculdade de Direito de Curitiba, professor "honoris causa" da Universidade Federal do Paraná e Professor Emérito das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo.

Como mestre, foi Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Penais, Presidente e Conferencista da "II Journé de Defense Sociale en Amerique Latine", colaborador das Revistas Informação Legislativa, Paraná Judiciário e Ministério Público; Conferencista da VII Conferência Nacional dos Advogados e Conferencista sobre o Processo Penal na Faculdade de Direito da PUC de Porto Alegre.

Afora isso, foi advogado que sempre lutou pelas causas justas.

Brilhante, consciente dos seus deveres profissionais e do direito dos seus constituintes, jamais conspirou sua beca, jamais negociou com ela, jamais tergiversou.

Professor sempre - e era como professor que exercia seus mandatos -, foi um dos relatores da Constituição de 1967, na qual soube inserir parcelas consideráveis do seu conhecimento. Foi relator, também, de diversos projetos modernizadores do Código Penal, deixando nele as marcas de sua formação liberal. O Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal, mereceram o crivo de sua sensibilidade jurídica. E foi com essas condições todas que, Accioly Filho, foi chamado a relatar a controvertida Reforma do Judiciário. O professor e o jurista não cederam às contingências da política e, no regime autoritário vivido aconteceu o inevitável, com o fechamento do Congresso, e a imposição, pela força, da reforma desejada pelo Governo. Accioly Filho perdeu, mas não se dobrou.

Deixou, ainda, no final do seu mandato, a lei do divórcio que ele e o Senador Nelson Carneiro redigiram.

Accioly é um grande exemplo para todos nós paranaenses. Muito aprendemos com a sua vida. Com Accioly Filho, aprendemos que não devemos compor politicamente por interesses pessoais; aprendemos que podemos e devemos fazer uma política séria e verdadeira, mesmo que venhamos a sofrer injustiças.

Ao ex-Deputado estadual, que tanto honrou esta Casa; ao ex-Deputado Federal e Senador pelo nosso Estado, fica, em nome da classe política paranaense, em nome da bancada da Oposição, em nome do aluno, a admiração pela sua inteligência, incontestável honradez e incomparável caráter, cuja imagem ficará incrustada para sempre à história brasileira, como símbolo de luta pelas liberdades democráticas. A nossa homenagem a esse vulto insígne que tombou prematuramente e, tombou em pé.

As nossas homenagens à sua excelentíssima família.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em nome da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Deputados.

Recebi hoje, da Liderança do meu País, Deputado Erondy Silvério, a incumbência honrosa, para mim, de ser o porta-voz da nossa barcada com assento nesta Casa, nas homenagens que a Assembléia Legislativa do meu Estado presta a esta figura extraordinária de Francisco Accioly Rodrigues Filho.

E, ao saudar neste instante um de seus velhos companheiros de lutas, o ex-Prefeito e ex-Deputado Federal por Ponta Grossa, João Vargas de Oliveira, que aqui também, com outros companheiros se associam a esta homenagem do Poder Legislativo do nosso Estado.

Confesso que recebi com satisfação a incumbência que me fora feita pelo nosso Líder, porque falar de Accioly Filho é muito fácil. O Paraná inteiro conhece a sua luta democrática; o Brasil aprendeu a respeitá-lo pela sua posição vertical; pela sua honestidade e pela sua dignidade.

Recordo-me ainda, na Rua Barão do Rio Branco, quando lá iniciava o meu primeiro mandato à Assembléia Legislativa do meu Estado, juntamente ao lado de Accioly Filho, devo muito da minha carreira política a esse extraordinário paranaense.

Quantas e quantas noites percorremos os caminhos do Paraná, todas as vezes que um companheiro necessitasse do apoio de Accioly Filho, e lembro-me quantas vezes, e até de madrugada, caminhamos até Pitanga, onde ele ia em socorro de seu velho companheiro e ex-Deputado desta Casa, Francisco Cavalli da Costa. E assim fizemos em Reserva, em Cândido de Abreu e em muitos municípios do Paraná. E Accioly Filho nunca se negou a emprestar o seu apoio incondicional a companheiro seu, que estivesse em dificuldade, por este ou por aquele motivo, no interior do Paraná.

Disse bem o ilustre Deputado José Tavares, quando discorreu com precisão de vida honrada e digna deste grande paranaense, dos cargos que ele ocupou na vida pública, da importância que ele representou para a juventude do Paraná, através dos ensinamentos na cátedra da Universidade Federal e da Universidade Católica do nosso Estado.

Presidente da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

E, agora, quero me congratular com a Comissão Executiva do Poder Legislativo do Paraná, pela felicidade com que se houve, em dando o nome deste Plenário de "Accioly Filho" tenho certeza que este Poder Legislativo há de se engrandecer ainda mais, levando o nome desta figura extraordinária, deste homem que nunca se curvou diante das dificuldades e, muito menos, diante da vontade dos mais poderosos.

E, ainda, há pouco tempo, muito recentemente, o Paraná e o Brasil sentiram o trabalho extraordinário que Accioly Filho desenvolveu como relator do projeto da Reforma Judiciária do nosso País.

Percorreu o Brasil inteiro, ouvindo Juízes e Desembargadores, homens interessados pela justiça em nossa terra, e, num processo de mais de mil laudas, ele proferiu o seu parecer, parecer este que não agradou aos homens detentores do Poder e que, o obrigavam a modificá-lo. Accioly Filho, dentro da retidão que sempre marcou a sua personalidade, preferiu renunciar à condição de relator, do que alterar o seu parecer.

Foram passagens como esta que marcaram a personalidade de Accioly Filho.

Lembro-me de quantas passagens durante a nossa vivência no Poder Legislativo do Paraná.

De certa feita, num desentendimento com o ex-Governador do nosso partido, Sr. Moysés Lupion, discordamos de

sua orientação, rompemos com Sua Excelência o Sr. Governador do Estado. E integravam naquela ocasião, aqueles que foram congnominados "Os 5 Mosqueteiros do Paraná", onde estavam Sadi de Brito, Guataçara Borba Carneiro, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai e o Deputado que vos fala neste instante.

Rompemos com o ex-Governador,, nosso companheiro de partido, integrante do Partido Social Democrático, porque Accioly Filho, não se dobrava à vontade daqueles que detinham o poder neste Estado.

E foi com passagens como esta que Accioly Filho firmou-se perante o Paraná e o Brasil. Dignificou todos os postos pelos quais passou, e deixou a todos nós um exemplo de dignidade, de trabalho e honradez.

Neste instante, em que tenho a grande honra de falar em nome da minha bancada, prestando a última homenagem deste Poder Legislativo, peço a Deus que os exemplos de honestidade e dignidade deixados por este grande Companheiro nosso, possam servir de imagem, a fim de que seus ilustres filhos, um deles também Companheiro nosso aqui desta Casa, e aqui presente, o ex-Deputado Accioly Neto, para que ele espelhando-se nesse exemplo dignificante de seu pai, possa prosseguir neste caminho, voltando a esta Casa, a fim de dar o brilho da cultura que herdou de seu pai; trazendo a nós outros, esclarecimentos para que nesta hora difícil que atravessa a Nação brasileira, possamos todos juntos, nesta luta de dia melhores, nos unir, a Nação e o povo brasileiro.

Quero, em nome de minha bancada, deixá aqui esta nossa homenagem mais sentida, extensiva à família toda: sua viúva, seus filhos aqui presentes, Accioly Neto e Jarbas, e que estes seus filhos, incluindo aqui o Fernão - que não se encontra presente - para que eles possam, no amanhã, através dos cargos que vierem ocupar, dignificarem ainda mais a memória deste grande paranaense.

Confesso à Assembléia Legislativa de meu Estado, que tenho convivido com inumeráveis Companheiros, nesta Casa, através dos meus quase vinte e tantos anos de mandato popular, tenho conhecido e convivido com homens honestos, iguais a Accioly Filho, mas nunca mais honesto que esse extraordinário paranaense.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo, em nome de minha bancada, a nossa manifestação de apreço, a nossa manifestação de sentimento, pelo desaparecimento, tão cedo, desse homem que, tenho certeza, ainda prestaria muitos e grandes serviços à causa pública do Paraná e do Brasil.

Que os exemplos de Accioly Filho sirvam como bússola a nos dirigir, a fim de que possamos, no entendimento comum, nos dias difíceis que atravessamos, encontrar um caminho, encontrar uma solução, para que levemos aos nossos filhos, às futuras gerações do Paraná e do Brasil, dias mais tranquilos, para que não sejamos, amanhã, acusados por nossos próprios filhos, de não termos cumprido com a nossa obrigação, com o nosso dever de legisladores.

Espero que todos nós, de hoje em diante, espelhados na imagem e nos exemplos de Accioly Filho, possamos iniciar uma nova era no Poder Legislativo, a fim de que esta Casa de Leis se afirme perante o Brasil, dizer, aos brasileiros, que o Poder Legislativo do Paraná, espelhado nos exemplos dignificantes de Accioly Filho, há de dar exemplo ao Brasil, de trabalho, de honestidade e de perseverança.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa suspende a sessão por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está reaberta a sessão.

Esta Presidência registra, com satisfação, as presenças

em nosso plenário dos Srs. Mário Garcia e Antônio Barros de Souza, Vereadores de Alto Piquiri, bem como do Sr. Oswaldo Occei, Vereador de Iporã.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem).

Sr. Presidente, ao que parece não há "quorum" para a votação da Ordem do Dia, solicito a Vossa Excelência, chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada)

Responderam à chamada 39 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. Recebida. — Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação aos Projetos de Lei n.º 127/79 e 139/79.

De acordo com o requerimento acima aprovado:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de Três Barras, com território desmembrado do Município de Catanduvas e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.E., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. — Publicado no D.A. n.º 102, de 10 de setembro de 1.979.)

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 127/79

Art. 1.º — Fica criado o Município de Três Barras do Paraná, com território desmembrado do Município de Catanduvas, com sede na localidade de Três Barras, e seguintes divisas: começa no Rio Tormenta, divisando com o Município de Catanduvas, na foz do Arroio dos Porcos, sobe por este até sua nascente, de onde segue pelas divisas entre os lotes n.ºs 40-41, 6-62, 88-89 e 103-105, todos da Gleba 8 - Tormenta, atingindo aí o Rio Adelaide, pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Samambaia, e por este acima até sua nascente, de onde rumo NO-SE segue pela divisa entre as Glebas 3A e 4 da Colônia Adelaide até o Rio Guarani, divisando com o Município de Quedas do Iguaçu, seguindo pela foz do Arroio da Cruz no Rio Guarani, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu, divisa com o Município de Dois Vizinhos, desce por este até a foz do Rio Jaracatiá, na divisa com o Município de Salto do Lontra, daí segue pela foz do Rio Jaracatiá no Rio Iguaçu, descendo até alcançar a foz do Rio Tormenta, na divisa com o Município de Capitão Leônidas Marques, sob pelo Rio Tormenta até alcançar a linha divisória das Colônias Timburi e Tormenta, na divisa com o Município de Cascavel, seguindo pelo Rio Tormenta no ponto de encontro da linha divisória entre as Colônias Timburi e Tormenta, de onde segue pelo Rio Tormenta acima até alcançar a foz do Arroio dos Porcos, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em
(a) FUAD NACLI

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de Jesuítas, com território desmembrado do Município de Formosa e divisas constantes do atual Distrito Judiciário. Parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 111, de 21 de setembro de 1.979).

SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI N.º 139/79

Art. 1.º — Fica criado o Município de Jesuítas, com território desmembrado do Município de Formosa do Oeste e seguintes divisas:

Parte da Barra do Córrego Tarumã pela sua margem esquerda, da sua foz do Rio Verde, seguindo pelo mesmo até a divisa do lote n.º 412 e 413 da Colonização SINOP Terras Ltda., seguindo por esta até alcançar a estrada Cambé, por esta seguindo até a estrada Itaguagé, seguindo por esta até a estrada Arapongas, seguindo por esta até a linha divisora dos lotes n.º 345 e 346 da Colonizadora já mencionada, seguindo por esta até o Rio Araras, pula-se o referido rio, seguindo pela estrada Itacolomi, seguindo por esta a estrada Marumbi, seguindo por esta até o Ribeirão dos Padres (Água Preta), seguindo por esta pela sua margem esquerda, até o rumo da estrada Marília, atravessando o citado ribeirão e segue-se pela estrada Marília até a estrada Alvorada, seguindo-se pela estrada Alvorada até o cruzamento da estrada Pio XII, seguindo por esta até a estrada Figueiras por este até o Rio Jeusítas, subindo por este pela sua margem esquerda até alcançar a estrada Tupi, seguindo por esta, perímetro divisório do município até alcançar o Rio Verde, este último perímetro divisor com o Município de Assis Chateaubriand, seguindo pelo Rio Verde água abaixo pela sua margem direita até encontrar o ponto de partida, Córrego Tarumã do loteamento da Colonizadora SINOP Terras Ltda. da Gleba Rio Verde II.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

Passaremos à apreciação dos demais projetos constante da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 158/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica vedada a aposentadoria, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, antes de completarem 5 (cinco) anos de efetivo exercício do cargo.

Parágrafo único. Não são compreendidos pela restrição imposta, os atuais ocupantes dos cargos referidos neste artigo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 38/78, que dá nova redação ao artigo 3.º e seus Incisos I e II, da Lei n.º 4556, de 13/03/62, já alterada pelo artigo 4.º, da Lei n.º 5182, de 17/11/65. (Que cria o Distrito Administrativo de Piriquitos).— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 38/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O Distrito Administrativo de Piriquitos, no Município de Ponta Grossa, mantidas as divisas do Distrito Judiciário e a atual sede — passa a ter as seguintes divisas:

I. Com a sede

Inicia na confluência do Rio Tibagi com o Rio Taquarí, subindo por este até a sua cabeceira, daí por linha reta e seca até a cabeceira do Arroio Chapada, descendo pelo mesmo até a formação do Arroio Grande e por este até a formação do Rio Congonhas, seguindo pelo mesmo até a sua foz no Rio Pitanguí, descendo pelo último até o Rio Tibagi, subindo por este até a foz do Arroio Barbados e por este até o Arroio Casa Branca, seguindo em linha seca e reta desde a cabeceira do Arroio Taquarussu, no Arroio Campo da Bocaina, subindo o Taquarussu até a sua cabeceira, seguinte por linha seca e reta até a sua cabeceira no Rio das Conchas e, por este até a sua foz, fechando o perímetro pelo Rio Tibagi.

II. Com o Distrito de Uvaia

Inicia na confluência do Rio das Conchas com o Rio Tibagi, subindo o primeiro até sua cabeceira, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Taquarussu, descendo o mesmo até sua foz no Arroio Campo da Bocaina, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Casa Branca, por este e pelo Arroio Barbados até o Rio Tibagi.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 70/78, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Arquiteto Jaime Lerner.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 70/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Arquiteto JAIME LERNER.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 161/79, que prorroga por 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta, o prazo estabelecido no artigo 7.º, da Lei n.º 7122, de 26/04/79 (que adota nova estrutura às Carreiras do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura).— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 161/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O prazo estabelecido no artigo 7.º, da Lei n.º 7.122, de 26 de abril de 1.979, fica prorrogado por 39 (trinta) dias, contados da data da publicação desta lei.

Parágrafo único. Aos ocupantes dos cargos, que fizerem a opção com base no prazo estabelecido neste artigo, ficam assegurados todos os direitos e vantagens conferidos aos que optaram no prazo estabelecido anteriormente.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/77, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que cria no Município de Roncador o Distrito Administrativo de Alto São João, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, que cria o Município de Tupãssi, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por maioria.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/79, de autoria dos Deputados DENI SCHWARTZ, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, TÚLIO ZANCHET, que cria o Município de Nova Prata, com território desmembrado do Município de Salto do Lontra, sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., e EMENDA SUBSTITUTIVA por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/79, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que cria o Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/79, de autoria do Deputado WALDYR PUGLIESI, que dispõe sobre a fixação de prazo ao Poder Executivo para responder a requerimentos de informações formulados pela Assembléia Legislativa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL.—

Sobre o referido projeto de lei, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 sessões.— Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Associação de Bem Estar Social do Portão — ABES, com sede e foro nesta Capital.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Em votação.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/79, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que cria no Município de Capitão Leônidas Marques, o Distrito Administrativo de Alto Alegre, cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/79, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "Fraterna Ajuda Cristã F.A.C.", com sede e foro na Cidade de Londrina.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 66/79), que dispõe sobre requisitos a serem observados por pretendentes a empréstimos e financiamentos em projetos agropecuários, junto a Entidades Estaduais Bancárias ou de Créditos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/79, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Colorado — A.P.M.I.", com sede e foro na Cidade de Colorado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação Esportiva e Recreativa Sadia", com sede e foro na Cidade de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de Novo Sobradinho. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Oásis do Amor", com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182/79, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que cria no Município de Tibagi, o Distrito Administrativo de Caetano Mendes, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 183/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente São Gabriel da Virgem Dolorosa", com sede e foro na Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 132/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 105/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paracity, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 112/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Loanda, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 117/79), que aprova Resolução n.º 143/79, celebrada entre os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, alterando o convênio celebrado entre os mesmos Governos e que dispõe sobre a criação do sistema CODESUL/BRDE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

(Mens. Govern. n.º 131/79), que aprova Termo de Renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras ao Projeto de Complementação da Via de ligação Curitiba/São José dos Pinhais, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 135/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 137/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 137/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Iporã, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, sugerindo ao mesmo que renuncie ao cargo que ocupa.

A Mesa, na forma do artigo 123, § 6.º do Regimento Interno, deixa de receber o presente requerimento.

(PALMAS ARENA)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final para o Projeto de Lei n.º 109/79.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 30/79 e 142/79.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, em forma de pedido de informações sobre o motivo da paralização na construção da rodovia que ligará Umuarama a Assis Chateaubriand.— **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido.

Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.— (Pausa).

16 Srs. Deputados o aprovam;

24 Srs. Deputados o rejeitam.— **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fideicino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Diretor do Colégio Estadual do Paraná, sugerindo-lhes que seja modificada a denominação do Curso de Auxiliar de Escritório.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações sobre o destino dos efluentes das indústrias do ramo de cromagem.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial para o estudo de medidas relacionadas com o racionamento de combustível.— Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, como a justificativa do requerimento deve ser feita oralmente, no caso, queria chamar a atenção desta Casa para o completo isolamento que a classe política está tendo no debate desse problema que é o problema energético brasileiro.

E a sugestão é no sentido de que em 15 dias, esta Casa tome uma decisão com relação ao problema, e que uma Comissão constituída por cinco Srs. Deputados, naturalmente obedecendo a proporcionalidade das bancadas, dê um parecer, e que, através desse ponto de vista, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná venha contribuir com as autoridades federais, na solução do problema.

Parece-me que é a maneira pela qual os políticos dos outros estados passem a atuar e a sugerir junto às autoridades competentes.

Solicito aos Srs. Deputados atenção para este fato, porque parece-me que, assim procedendo, a Assembléia Legislativa do Paraná pode ser pioneira e como um todo, sugerir medidas e brigar pelas mesmas.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Parece que o requerimento de autoria do nobre Deputado Deni Schwartz é no sentido de que esta Assembléia Legislativa analise um problema crucial no Brasil de hoje.

Creio, como o sentido não é político da matéria, mas é realmente um assunto que interessa ao Paraná e ao Brasil, podemos todos nós nos incorporarmos a este requerimento, votando-o favoravelmente, para que a Assembléia possa realmente contribuir na solução deste angustiante problema que vive o Brasil.

Portanto, quero declarar o meu voto favorável ao requerimento, apelando aos Companheiros das duas bancadas, que procedam da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita dos Srs. Líderes que façam a indicação dos membros para a devida Comissão aprovada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Néilton Friedrich, com o apoio do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, consubstanciado em pedido de informações junto à Secretaria de Segurança Pública, sobre as prisões verificadas durante o movimento paredista dos operários da construção civil.— **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braa Côrtes) — A Mesa defere

e procede a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

18 Srs. Deputados o aprovam;

24 Srs. Deputados o rejeitam.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam enviadas cópias do pronunciamento proferido, a diversas autoridades.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legis-

lativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 158/77, 38, 70 e 161/79.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 145/77, 57, 59, 70, 101, 109, 132, 158, 160, 164, 175, 176, 182 e 183/79, e de Resolução n.ºs 132, 133, 134, 135, 136 e 137/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 127 e 139/79. Levanta-se a sessão.